UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**secretaria-conselhos _ <secretaria-conselhos@unirio.br>**

# Ofício nº 002/2025/CVMJR/UNIRIO - Inclusão de Pauta - Revogação de Títulos DHC

**Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva** 5 de agosto de 2025 às 13:22
<cvmjr@unirio.br>
Para: secretaria-conselhos@unirio.br
Cc: gabinete.proexc@unirio.br, chefiadegabinete@unirio.br, vitor.moreira@unirio.br, reitor@unirio.br

Prezadas(os), boa tarde,

Encaminhamos, em anexo, o Ofício nº 002/2025/CVMJR/UNIRIO, que trata de proposta de revogação dos títulos de Doutor Honoris Causa concedidos ao Sr. Jarbas Gonçalves Passarinho e ao Sr. Tarso de Moraes Dutra por esta universidade na data de 4 de setembro de 1973.

Em complemento ao referido ofício, enviamos a minuta de resolução e o Relatório elaborado pelo Grupo de Sistematização da CVMJR/UNIRIO contendo a exposição detalhada e documentada dos motivos que justificam a revogação dos títulos honoríficos mencionados.

**Solicitamos a inclusão deste item na pauta da próxima sessão do Conselho Universitário e que a matéria completa seja disponibilizada previamente para apreciação por parte das(os) conselheiras(os)**.

Muito obrigado.
Atenciosamente,
--

UNIRIO
CVMJR

**Vitor Halfen**
**Coordenador - Grupo de Sistematização**
Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação
Luiz Renê Silvira e Silva
Av. Pasteur, 296 - Urca , RJ
**cvmjr@unirio.br**

**3 anexos**

**CVMJR-OF-2025-02_assinado.pdf**
122K

**CVMJR UNIRIO - Minuta de Resolução - Passarinho e Dutra.pdf**
67K

**CVMJR - Relatório DHC Passarinho-Dutra.pdf**
3737K

UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

**Ofício nº 002/2025/CVMJR/UNIRIO**

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2025

**À Secretaria dos Conselhos Superiores da UNIRIO**

**Assunto:** Revogação dos títulos de Doutor Honoris Causa concedidos a Tarso de Moraes Dutra e Jarbas Gonçalves Passarinho

Prezadas e prezados membros do Conselho Universitário,

Tendo em vista as atribuições definidas pela Resolução SCS nº 5.899, de 27 de novembro de 2024, que dispõe sobre a regulamentação do funcionamento da Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação "Luiz Renê Silveira e Silva", para apurar os fatos e responsabilidades ocorridos no âmbito da UNIRIO durante o período compreendido entre 1964 e 1988, viemos por meio deste solicitar formalmente a revogação dos títulos de Doutor Honoris Causa concedidos ao Sr. Jarbas Gonçalves Passarinho e ao Sr. Tarso de Moraes Dutra por esta universidade na data de 4 de setembro de 1973.

A motivação principal é a atuação comprovada dos titulados no âmbito das sistemáticas e generalizadas violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura empresarial-militar brasileira, notadamente à frente do Ministério da Educação e Cultura, resultando em graves consequências para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e seu corpo social, bem como para as demais instituições de ensino e para o conjunto da sociedade brasileira.

Encaminhamos em anexo a minuta de resolução e o Relatório elaborado pelo Grupo de Sistematização da CVMJR/UNIRIO contendo a exposição detalhada e documentada dos motivos que justificam a revogação dos títulos honoríficos mencionados.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
VITOR HALFEN MOREIRA
Data: 05/08/2025 13:13:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**Coordenador - Grupo de Sistematização**
**Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva**

UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria dos Conselhos Superiores

# RESOLUÇÃO SCS Nº ___, DE ___ DE _____ DE 2025

Dispõe sobre a revogação dos títulos de Doutor Honoris Causa concedidos a Jarbas Gonçalves Passarinho e Tarso de Moraes Dutra.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI), no uso da competência que lhe atribui o Art. 8º do Estatuto da UNIRIO,

CONSIDERANDO a responsabilidade social da Universidade, como instituição do saber comprometida com o direito à memória e à verdade histórica, o direito à justiça e a defesa dos valores democráticos.

CONSIDERANDO as justificativas expostas no relatório elaborado pela Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação "Luiz Renê Silveira e Silva".

RESOLVE:

Art. Fica revogada a Resolução não numerada da Sessão do Conselho Federativo da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara – FEFIEG, de 4 de setembro de 1973, que confere Título de "DOUTOR HONORIS CAUSA" aos senhores Jarbas Gonçalves Passarinho e Tarso de Moraes Dutra.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

José da Costa Filho
Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão da Verdade Memória Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva

**RELATÓRIO**

**JUSTIFICATIVA PARA REVOGAÇÃO DOS TÍTULOS HONORÍFICOS DE TARSO DE MORAES DUTRA E JARBAS GONÇALVES PASSARINHO**

## TARSO DE MORAES DUTRA

Tarso de Moraes Dutra (1914-1983) foi Ministro da Educação e Cultura entre 1967 e 1969 e, no seu mandato, responsável pela criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), em agosto de 1969. Sua gestão foi marcada pelos acordos firmados pelo MEC com a agência estadunidense USAID e pelo aumento da influência externa dos Estados Unidos na definição das políticas educacionais brasileiras, em particular com a promulgação da Lei nº 5.540/68, que instituiu uma reforma do sistema universitário baseada nas propostas dos consultores estrangeiros.

Dutra também atuou como integrante da comissão que revisou o texto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o mais repressivo dos decretos do governo ditatorial, chegando a declarar em 1977 que "assinaria novamente o ato se fosse necessário". Seu período à frente do MEC foi marcado por intensa repressão e conflitos com o movimento estudantil. Uma pequena cronologia dos fatos ao longo de 1968 nos ajudará a compreender o contexto político e o papel do então ministro da Educação:

1. Tarso Dutra assume o Ministério da Educação junto com Costa e Silva em 1967, a UNE já tinha sido fechada em 64. Mesmo na ilegalidade a UNE realizou alguns congressos importantes. Um deles em 1967 num mosteiro beneditino em Campinas. Várias passeatas ocorreram nesse ano em diversas cidades Brasileiras.
2. Em março de 1968, o restaurante Calabouço, local de alimentação para estudantes de baixa-renda, assim como local de mobilizações e passeatas, foi fechado. Uma série de manifestações ocorreram na busca por reabrir o restaurante. Numa dessas manifestações a polícia entra no local atirando e o estudante Edson Luís de Lima Souto é assassinado. Embora tenha dado a ordem de fechamento, Dutra reiteradamente eximiu-se de suas responsabilidades, deixando inclusive de se pronunciar com relação ao estudante assassinado (ver ANEXO I).
3. Em junho de 1968 várias manifestações ocorreram, com destaque para a de 21 de junho, na qual os estudantes que ocuparam o prédio do MEC foram recebidos com barricadas na avenida Rio Branco, onde se deu o choque com a polícia, "O confronto só terminou às 20 horas, com um saldo de 28 mortos, segundo informações dos hospitais — ou três, segundo a versão oficial —, centenas de feridos, além de mil prisões (ANEXO II). O episódio ficou conhecido como a 'Sexta-Feira Sangrenta'"[1].
4. Uma grande passeata é convocada em 26 de junho, a Passeata dos Cem Mil, como uma forma de protesto contra as mortes, as prisões e a violência policial.
5. Em 16 de julho, Tarso Dutra defende no Conselho de Segurança Nacional o recrudescimento do regime militar e o aumento dos poderes ditatoriais, declarando: "Ou a revolução se arma de poderes e continua ou deixará de corresponder integralmente à sua destinação histórica"[2]. Nesse contexto, Dutra foi um dos primeiros integrantes da alta cúpula do governo a defender a edição

[1] Verbete Passeata dos cem mil - CPDOC - Sergio Lamarão

[2] Ata da 41º Sessão do Conselho de Segurança Nacional

de um novo Ato Institucional que aumentasse os poderes do governo ditatorial e restringisse as liberdades democráticas vigentes.

6. A repressão policial contra os estudantes se intensifica em agosto. No dia 29, é comandada uma violenta invasão policial no campus da Universidade de Brasília (UnB). Dezenas de estudantes, professores e técnicos são presos, dentre eles o presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), Honestino Guimarães[3]. Honestino desapareceu após ser preso pela quarta vez pelas forças de segurança do Estado, em outubro de 1973[4].
7. Em 12 de outubro, o Congresso da UNE em Ibiúna (SP) é invadido pela polícia e centenas de estudantes são presos.
8. Em 13 de dezembro de 1968 é promulgado o AI-5. Tarso Dutra e Jarbas Passarinho defenderam a medida no Conselho de Segurança Nacional.

Após o AI-5, Dutra atuou para consolidar e ampliar o aparato de vigilância e repressão no Ministério da Educação e Cultura e nas universidades. Em janeiro de 1969, criou a Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC) que atuava conjuntamente com a Divisão de Segurança e Informação (DSI/MEC), vinculada ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Dutra teve também atuação direta na propositura e instituição do Decreto-Lei nº 477/1969. Rodrigo Patto Sá Motta aponta que o conteúdo do Decreto contava com a aprovação de Tarso Dutra desde a primeira versão do texto, ainda mais severa do que a versão final aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional e promulgada em fevereiro de 1969[5].

Ao longo de 1969, amparado pelas disposições autoritárias do AI-5, do Ato Complementar nº 39 e do Decreto nº 477, Dutra comandou uma verdadeira política de perseguição e expurgo de funcionários do MEC e de professores, técnicos e estudantes nas universidades, operando o sistema de controle e repressão formado pela DSI/MEC, CISMEC e seu próprio gabinete ministerial[6]. O Ofício nº 21/1969, por exemplo, traz uma das muitas listagens de professores e funcionários investigados e punidos pela CISMEC[7] (ver ANEXO III). Foram inúmeros os casos de demissão e aposentadoria compulsória com base em justificativas ideológicas, políticas, morais e comportamentais. Parte dos arquivos da DSI/MEC e da CISMEC desse período encontram-se sob tutela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul no Arquivo Particular Tarso Dutra, disponíveis para consulta pública[8].

O Movimento Estudantil da Guanabara foi alvo de monitoramento e espionagem por parte da DSI/MEC, como fica evidente, por meio do Encaminhamento n° 13 e dos Ofícios n° 14 e n° 21[9], que apresentam nomes das lideranças e discursos considerados subversivos monitorados pelo Ministro Tarso Dutra (ver ANEXO IV).

No caso da UNIRIO, a atuação da DSI/MEC durante o período de Dutra teve impactos diretos sobre o Instituto Villa-Lobos. Entre 1968 e 1969 a DSI/MEC espionou e investigou a totalidade do corpo docente da unidade, encarada pelos militares como um foco de subversão. A perseguição sistemática

[3] UNB. Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Brasília: FAC-UnB, 2016.
[4] Comissão Nacional da Verdade - Relatório, vol. III, p. 1320-1324.
[5] Motta, 2014, p. 156.
[6] Motta, 2014, p. 176-184.
[7] APTD 03.5.2.2-012 (ver anexos)
[8] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo BR RSAHRS APTD - Arquivo Particular Tarso Dutra. Disponível em: https://arquivos.cultura.rs.gov.br/index.php/br-rsahrs-aptd-1.
[9] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo BR RSAHRS APTD - Arquivo Particular Tarso Dutra. Disponível em: https://arquivos.cultura.rs.gov.br/index.php/br-rsahrs-aptd-1.

culminou na demissão de pelo menos quatro professores em 1969, com justificativas políticas: César Guerra Peixe, Jorge de Freitas Antunes, José Gaspar Nunes Gouveia e Esther Scliar[10]. No Ofício confidencial DSI/SBDI/MEC/68, de 9 de maio de 1968[11] constam os nomes de 31 docentes do IVL investigados, com a indicação de demissão de oito destes (ANEXO V). O documento, endereçado ao gabinete de Tarso Dutra, evidencia que o então ministro teve participação direta na tomada de decisão sobre as perseguições e demissões sumárias de docentes no IVL.

**JARBAS GONÇALVES PASSARINHO**

Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016) foi coronel do Exército e teve papel central na sustentação do governo ditatorial, ocupando cargos estratégicos. Passarinho foi governador interventor do Estado do Pará (1964-1966), Ministro do Trabalho e Previdência Social durante o governo Costa e Silva (1966-1969) e Ministro da Educação e Cultura do governo Médici (1969-1974).

Passarinho foi um agente da política de repressão e perseguição desde as primeiras horas do Golpe de 1964. Enquanto a sede da UNE no Rio de Janeiro era invadida e incendiada, Passarinho comandava a invasão da União Acadêmica Paraense (UAP), em Belém (PA), por tropas do Exército.

> Também em 1º de abril [de 1964], em Belém, por volta das 19 horas, a sede da União Acadêmica Paraense (UAP) foi invadida por tropas do Exército que depredaram o local, inclusive o teatro de arte popular, Parauara, uma versão do CPC da UNE. A invasão da UAP foi articulada pelo coronel Jarbas Passarinho e por fazendeiros da Ilha de Marajó e resultou na prisão de Pedro Galvão, estudante de Direito e presidente da entidade. Galvão ficou preso no quartel-general da 8ª Região Militar por mais de 50 dias e foi indiciado em Inquérito Policial-Militar.[12]

Em junho de 1964, Jarbas Passarinho foi nomeado pelo general Castelo Branco para substituir o governador eleito do Estado do Pará, deposto pelo governo ditatorial.

Como Ministro do Trabalho e Previdência Social, Jarbas Passarinho foi responsável por organizar a repressão ao movimento de trabalhadores de diversos setores e por neutralizar a ação de entidades sindicais. Em sua gestão, mais de uma centena de sindicatos sofreram intervenção direta do governo com a destituição dos dirigentes eleitos[13]. Notadamente, Passarinho atuou de forma direta na repressão às greves de Osasco e Contagem, em 1968, com relatos de prisões e torturas das lideranças grevistas[14] (ver ANEXO VI).

Ainda em 1968, Jarbas Passarinho foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5 (AI-5), instrumento que institucionalizou a suspensão de garantias constitucionais, a censura, a repressão violenta aos cidadãos considerados opositores e o fechamento do Congresso Nacional. Mais do que mero signatário,

[10] Conforme depoimento de Jorge Freitas Antunes à revista Ensaio Teatro (1980) e Informação nº 197/SNI/ARJ/69 (BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69001762).
[11] BR RSAHRS APTD 03.5.1.2-9 - Ofício confidencial DSI/SBDI/MEC/68 (ver anexo). Disponível em: https://arquivos.cultura.rs.gov.br/index.php/br-rsahrs-aptd-03-5-1-2-9.
[12] Comissão Nacional da Verdade - Relatório, vol. II, p. 269.
[13] Relatório Final - Projeto "Memórias da Ditadura na UFF" do GTHMD da ADUFF-SSind (2018), p. 207-208.
[14] Gaspari (2014), p. 312-313.

sua conhecida declaração na reunião do Conselho de Segurança Nacional que deliberou sobre o AI-5 assumia o caráter ditatorial da medida e a defendia de maneira efusiva:

> Eu seria menos cauteloso do que o próprio ministro das Relações Exteriores, quando diz que não sabe se o que restou caracterizaria a nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial, **eu admitiria que ela é ditatorial. Mas, às favas, senhor presidente, neste momento, todos, todos os escrúpulos de consciência**.[15] (grifo nosso)

Jarbas Passarinho assumiu a pasta da Educação em novembro de 1969. No comando do MEC, deu continuidade e aprofundou o aparato repressivo criado durante a gestão de Tarso Dutra e acelerou o ritmo de implantação da Reforma Universitária anunciada em 1968.

Em pesquisa documental realizada no âmbito desta Comissão, revela-se que Jarbas Passarinho teve participação direta como Ministro de Estado da Educação e Cultura nas seguintes ações que atentaram contra a autonomia universitária e representaram importantes violações aos direitos humanos:

1) Aplicação sistemática do Decreto-Lei nº 477/1969 que permitia a punição de estudantes, técnicos e docentes considerados subversivos, com medidas como a expulsão ou demissão sumária das universidades e a proibição de matrícula em qualquer instituição de ensino superior por três anos para estudantes, e pena de cinco anos de desligamento para professores e funcionários. Para além dos diversos casos em que o Decreto 477 foi aplicado até as últimas consequências sobre diversos indivíduos, em clara violação aos direitos básicos, sua mera existência foi responsável por instituir um regime de terror psicológico, censura e perseguição que vigorou nas universidades com muita intensidade durante toda a década de 1970, mas que deixa marcas no ambiente universitário até os dias de hoje;

2) Criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) nas universidades, as quais tinham como atuação identificar e monitorar como forma de controle ideológico supostos elementos subversivos dentro das instituições de ensino superior, subordinadas ao Serviço Nacional de Informação (SNI). As AESIs ou ASIs representaram uma ampliação e ramificação da chamada "comunidade de informações" da ditadura dentro das universidades. Em janeiro de 1971, todas as universidades federais foram obrigadas a nomear um responsável pela ASI. O relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta a existência de pelo menos 43 ASIs vinculadas à DSI/MEC, sendo 36 vinculadas à instituições de ensino superior, cinco assessorias regionais e as demais ligadas a outros órgãos da área de educação e cultura[16].

3) Criação e aplicação do Decreto nº 69.053, de 11 de agosto de 1971, que dava ao ministro da Educação e Cultura poderes exclusivos para decidir sobre o mérito quanto à organização de congressos científicos e competições artísticas ou esportivas, bem como quanto à participação de estudantes nesses eventos. A medida representou mais um golpe contra a autonomia universitária e a liberdade de organização estudantil, já bastante restrita naquele momento, além de reforçar a centralização de poder do MEC.

4) No caso da UNIRIO, durante a gestão de Jarbas Passarinho a frente do MEC foi continuada a política de expurgo de estudantes e servidores e intervenção ideológica. No início dos anos 1970, o então diretor do IVL, Reginaldo de Carvalho, foi também alvo de investigação da DSI/MEC[17] (ver ANEXO VII). O

[15] Folha de S. Paulo. 1968 - ATO INSTITUCIONAL Nº 5. Jarbas Passarinho – Íntegra do voto. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html
[16] CNV - Relatório, vol. II, p. 288-289.
[17] Informação nº 462/SNI/ARJ/70, de 01/07/1970. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70015056

processo de perseguição a Carvalho culminou na sua saída forçada do cargo, em 1972. Para substituí-lo, foram nomeados pelo MEC o general Jayme Ribeiro da Graça, para o cargo de diretor, e o general Cadmo Carlos de Moura, para a vice-diretoria. Ambos os generais eram de formação médica, responsáveis por disciplinas de educação moral e cívica no Instituto. A intervenção no IVL instaurou um ambiente de tensão e vigilância ideológica e pedagógica[18]. Depoimentos coletados por esta Comissão relatam, por exemplo, que o general Graça pessoalmente assistia as aulas de outros colegas docentes, numa clara atitude de intimidação e monitoramento do corpo docente e discente.

## CONCESSÃO DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

O processo de concessão de títulos honoríficos universitários aos ditadores e a outras personalidades de poder da ditadura empresarial-militar configurou uma estratégia política dupla naquele período. De um lado, o governo ditatorial buscava se utilizar deste meio para realizar propaganda de seus feitos e forjar uma falsa legitimação de sua imagem no ambiente universitário, ao mesmo tempo em que impunham violentos e graves ataques às universidades e seus membros. Por outro lado, as gestões universitárias alinhadas ao governo lançavam mão da concessão dos títulos honoríficos como forma de demonstrar lealdade ao governo e adular alguns de seus representantes, com o intuito de alcançar maior destaque junto ao governo e tentar obter possíveis vantagens em contrapartida[19].

Além dos generais que assumiram a Presidência da República no período ditatorial, diversos ministros também receberam titulações deste tipo, destacadamente os ministros Tarso Dutra e Jarbas Passarinho, justamente em função da "proximidade" com a pasta da educação. A pesquisa documental realizada no âmbito desta Comissão aponta pelo menos 9 títulos honoríficos concedidos ao ex-ministro Tarso Dutra e 8 títulos honoríficos concedidos ao ex-ministro Jarbas Passarinho entre 1967 e 1976.

No caso da UNIRIO, a concessão dos títulos de Doutor Honoris Causa a ambos foi proposta pelo então diretor da Federação de Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), o general do Exército e professor Alberto Soares de Meirelles. A concessão dos títulos foi aprovada pelo Conselho Federativo da FEFIEG na sessão de 4 de setembro de 1973, nos seguintes termos:

> Em Sessão realizada no dia 04 de setembro do corrente ano o Conselho Federativo tomou as seguintes resoluções:
>
> a) Conferindo por proposta desta Presidência, o Título de "DOUTOR HONORIS CAUSA", ao Exmo. Senhor Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, Ministro de Estado da Educação e Cultura, pela destacada, lúcida e operosa gestão que vem exercendo a frente dos destinos da sua pasta e a importância que tem dado a educação no desenvolvimento do Pais; e ao Exmo Senhor Senador TARSO DE MORAES DUTRA, por ter sido o criador da FEFIEG, no ano de 1969, quando Ministro de Estado da Educação e Cultura.[20]

Nos últimos anos, sobretudo com o advento da Lei de Acesso à Informação e após o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e de diversas Comissões Universitárias da Verdade, tem se multiplicado ações fundamentais de justiça e reparação nas universidades públicas. Dentre as ações

[18] Para inúmeros relatos deste período, cf. Instituto Villa Lobos (2017).
[19] Sobre a política de títulos honoríficos à representantes da ditadura, cf. Relatório Final - Projeto "Memórias da Ditadura na UFF" do GTHMD da ADUFF-SSind (2018), p. 204-207.
[20] FEFIEG. Boletim Semanal nº 037, de 21 de setembro de 1973 (ver anexo).

propostas está a revogação dos títulos honoríficos concedidos a personalidades que tiveram atuação relevante no processo sistemático e generalizado de violações de direitos humanos ocorrido no país durante a ditadura empresarial-militar implantada entre 1964 e 1985.

Recentemente, o Colégio Pedro II procedeu a retirada do título honorífico concedido a Tarso de Moraes Dutra (2025). Diversas universidades e instituições de ensino também já procederam a retirada do título de Doutor Honoris Causa a Jarbas Gonçalves Passarinho, como: UNICAMP (2021), UFRJ (2021), UFPEL (2024), UFRGS (2024), UFF (2025) e Colégio Pedro II (2025) (ver anexos).

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que a manutenção destas honrarias a dirigentes públicos com histórico comprovado de participação em um regime ditatorial vai de encontro aos valores que esta Universidade deve defender, conforme expresso no seu Estatuto, entre eles o compromisso com a democracia, a verdade histórica, a autonomia universitária, os direitos humanos e a justiça social.

Nesse sentido, **recomendamos que seja encaminhada ao Conselho Universitário (CONSUNI) proposta de revogação dos títulos de Doutor Honoris Causa de Tarso de Moraes Dutra e Jarbas Gonçalves Passarinho**, para deliberação à luz de um processo transparente, público e coerente com os princípios institucionais e os trabalhos da Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação “Luiz Renê Silveira e Silva”.

Reiteramos que esta medida não visa apagar a história, mas promover uma reparação simbólicas às inúmeras vítimas da ditadura empresarial-militar pertencentes ou não ao corpo social da UNIRIO e reafirmar o posicionamento ético da Universidade diante dos fatos históricos, à luz do que hoje compreendemos como inegociável: a defesa da dignidade humana e da democracia.

**Grupo de Sistematização**
**Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação Luiz Renê Silveira e Silva**

**REFERÊNCIAS**

ADUFF-SSIND. "Atitudes de Rebeldia": As formas da universidade tecnocrática, o aparato vigilante/repressivo e as resistências dos professores da UFF durante a ditadura. Relatório Final - Projeto "Memórias da Ditadura na UFF" do GTHMD da ADUFF-SSind. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Usina Editorial, 2018.
BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf.
BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf.
BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume III. Brasília: CNV, 2014. Disponível http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. em: 25 nov. 2020.
ENSAIO TEATRO. Praia do Flamengo, 132. Vol. 3, Rio de Janeiro, 1980.
FEFIEG. Boletim Semanal nº 037, de 21 de setembro de 1973.
GASPARI, E. A ditadura envergonhada. As ilusões armadas, vol. 2. Rio de Janeiro: ed. Intrínseca, 2014.
INSTITUTO VILLA LOBOS. IVL 50 anos: edição comemorativa / Instituto Villa-Lobos; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Letras e Artes. Rio de Janeiro: UNIRIO/CLA/IVL, 2017.
MOTTA, R. P. S. As universidades e o regime militar. São Paulo: Zahar, 2014.
UNB. Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Brasília: FAC-UnB, 2016.

**ARQUIVOS CONSULTADOS**

Arquivo Central da UNIRIO
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
Arquivo Nacional
Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

**EQUIPE DE PESQUISA**

CVMJR – Grupo de Sistematização
Isabela Costa da Silva
Vitor Halfen
Vicente Aguilar Nepomuceno de Oliveira

Bolsistas
Maria Eduarda Santos Padrão
Mayara dos Santos Marques Fraga

Voluntárias
Isabela Simões Maia
Gabrielle Pinto Motta

**ANEXO I**

AVENIDA--G. B.
Notrim Gomes 5-Sala-2325
EMB. AMERICANA--Seç.Econ.

Correio da Manhã

DIRETORES
M. PAULO FILHO
A. NOGUEIRA DE FARIA

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

Av. Gomes Freire, 471

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 1968

N.º 22.969 — ANO LXVII

# POLÍCIA MILITAR MATA ESTUDANTE

## NEGRÃO AFASTA GEN. NIEMEYER

O Palácio Guanabara distribuiu duas notas à imprensa relacionadas com a morte do estudante Edson Luís Lima Souto. Na primeira, o governador Negrão de Lima comunicava estar recolhendo informações que lhe possibilitassem agir. Na segunda, afasta do cargo de Superintendente da Polícia Executiva o general Osvaldo Niemeyer Lisboa.

As notas são as seguintes, na íntegra:

"Estou profundamente chocado com as mortes ocorridas na cidade. Encontrava-me em Palácio, quando me foi comunicado pelo secretário de Segurança o infausto acontecimento. Imediatamente, determinei que a patrulha da polícia fôsse recolhida ao quartel. E ordenei a libertação dos estudantes presos."

"No momento, estou recolhendo as informações iniciais e essenciais à caracterização preliminar das responsabilidades refazendo-me do espírito comovido da surprêsa, pois sempre dei severas instruções para que se mantivesse intransigentemente a ordem, sem recursos a processos que pudessem ocasionar atos como o de hoje à noite. Tão logo esteja munido, ainda hoje, de elementos de decisão, enunciarei as providências cabíveis e enérgicas, que, mantendo o princípio da autoridade em nosso Estado, essencial ao trabalho de tôda a comunidade, restaurem o mais rápido possível o ambiente de distensão político-social que desejo manter e manterei na Guanabara."

A DURA PROVA

Corpo de Edson Luís Lima Souto, 18 anos, morto pela PM, foi levado à Assembléia como a prova mesma do crime, e o entêrro é hoje à tarde

A Polícia Militar da Guanabara transformou, ontem, à noite, as imediações do nôvo restaurante do Calabouço em verdadeira praça de guerra, matando um estudante, ferindo outro e mais um servidor do INPS, após vários choques da corporação invadirem o local, onde grupos de estudantes discutiam a realização, hoje, de uma passeata, de protesto contra as condições de higiene do restaurante.

Depois de espancar môças e rapazes, os policiais os puseram em fuga, fazendo vários disparos, um dos quais atingiu mortalmente Edson Luis Lima Souto, de 18 anos, cujo corpo foi levado por seus colegas para a Assembléia Legislativa, de onde sairá, hoje, às 17h30min, o seu entêrro.

O tenente Alcindo Costa, do Batalhão Motorizado da PM, foi o autor do disparo que atingiu Edson. Os feridos são Frazão Dutra, estudante, e um servidor do INPS, atingido com uma bala na bôca, quando assistia à luta da janela de sua repartição.

A ação policial no Calabouço foi desencadeada de surprêsa e ocorreu quando numerosos alunos faziam refeições. As paredes do restaurante ficaram crivadas de balas de grosso calibre.

Depois de levado, em passeata, o cadáver de Edson para a Assembléia Legislativa, a polícia cercou o Palácio Pedro Ernesto, enquanto discursavam, nas imediações, vários colegas do jovem. Pouco depois, duas bombas foram lançadas por soldados da PM, próximos à Escola Nacional de Belas-Artes, onde ainda permaneciam alguns alunos. Saíram feridos os estudantes Waldir Gilberto Bittencourt e Antônio Inácio, além do fotógrafo do **Diário de Notícias**, José Vidal. Simultâneamente, uma das vidraças do prédio da Embaixada

8 CORREIO DA MANHÃ, Sábado, 30 de março de 1968 1.º Caderno

*Ministério ignora luto respeitado em todo o País*

O Ministério da Educação e Cultura não teve uma voz autorizada para expressar qualquer pronunciamento a respeito dos acontecimentos do restaurante estudantil do Calabouço, embora os estudantes tenham recebido solidariedade de diversas classes, luto oficial respeitado em todo o país. O ministro Tarso Dutra foi para o Rio Grande do Sul, o mesmo acontecendo ao seu chefe de gabinete, Favorino Mércio, e seu Secretário, Remi Corga.

Assessores do ministro não quiseram se pronunciar sôbre a morte do estudante, tendo um dêles afirmado que o problema era da área do Ministério da Justiça pois tratava-se de uma acontecimento de rua. Apesar de o Restaurante do Calabouço pertencer à Divisão Extra-Escolar e ser sua alimentação fornecida pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, nenhuma nota oficial ou qualquer sentimento de pesar foi dada.

Interrogado, no MEC, que o Ministro da Educação, deputado Tarso Dutra, que estava em Brasília no dia dos trágicos acontecimentos, voltaria na mesma noite para a Guanabara, para ir em seguida para o Rio Grande do Sul. Com a notícia da morte do estudante o ministro seguiu diretamente para a capital gaúcha.

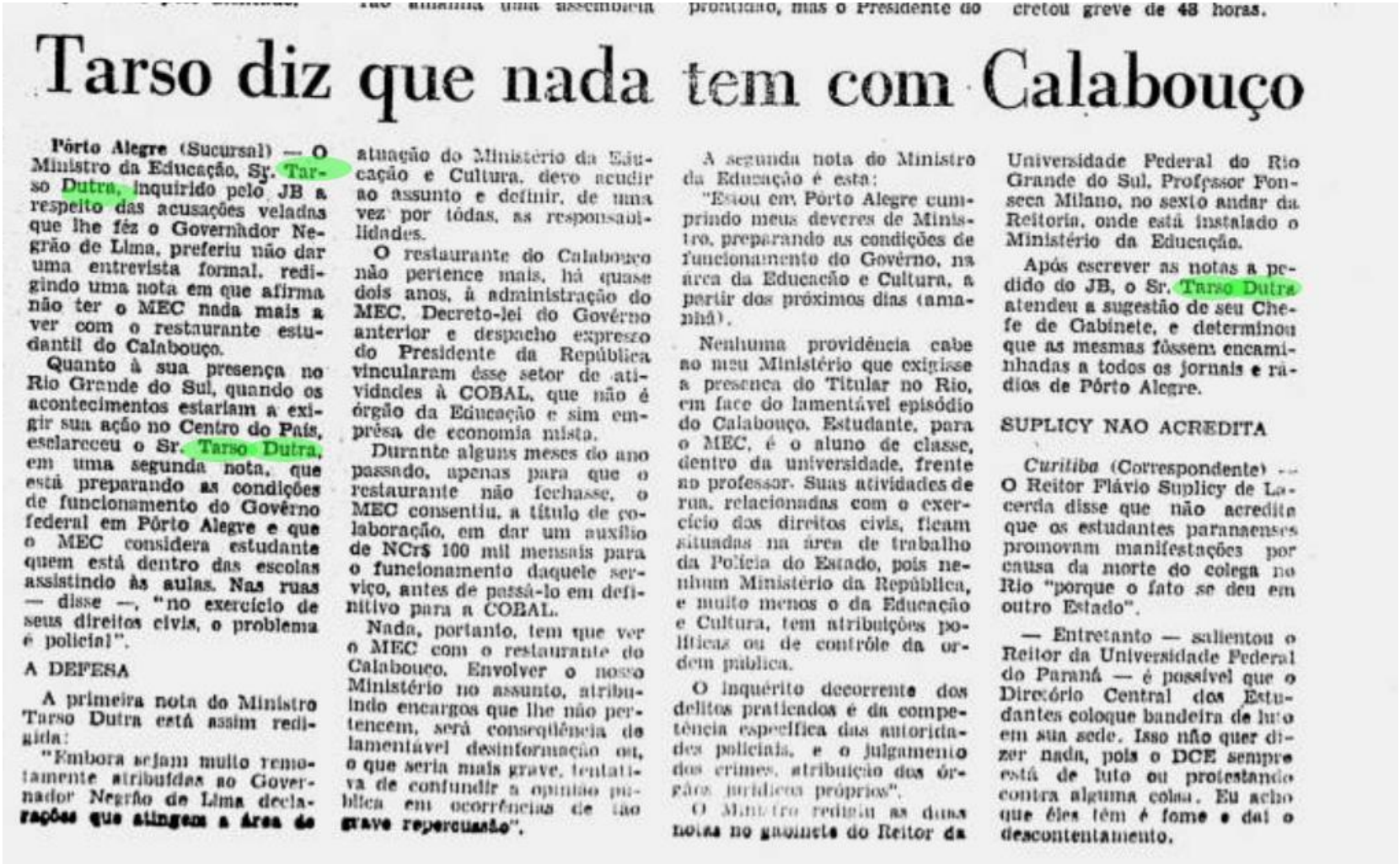
CORTEJO

REALIDADE NACIONAL

SOLIDARIEDADE

EVIDÊNCIA

LEMBRANÇA



# Tarso diz que nada tem com Calabouço

**Pôrto Alegre** (Sucursal) — O Ministro da Educação, Sr. Tarso Dutra, inquirido pelo JB a respeito das acusações veladas que lhe fêz o Governador Negrão de Lima, preferiu não dar uma entrevista formal, redigindo uma nota em que afirma não ter o MEC nada mais a ver com o restaurante estudantil do Calabouço.

Quanto à sua presença no Rio Grande do Sul, quando os acontecimentos estariam a exigir sua ação no Centro do País, esclareceu o Sr. Tarso Dutra, em uma segunda nota, que está preparando as condições de funcionamento do Govêrno federal em Pôrto Alegre e que o MEC considera estudante quem está dentro das escolas assistindo às aulas. Nas ruas — disse —, "no exercício de seus direitos cívis, o problema é policial".

A DEFESA

A primeira nota do Ministro Tarso Dutra está assim redigida:

"Embora sejam muito remotamente atribuídas ao Governador Negrão de Lima declarações que atingem a área de atuação do Ministério da Educação e Cultura, devo acudir ao assunto e definir, de uma vez por tôdas, as responsabilidades.

O restaurante do Calabouço não pertence mais, há quase dois anos, à administração do MEC. Decreto-lei do Govêrno anterior e despacho expresso do Presidente da República vincularam êsse setor de atividades à COBAL, que não é órgão da Educação e sim emprêsa de economia mista.

Durante alguns meses do ano passado, apenas para que o restaurante não fechasse, o MEC consentiu, a título de colaboração, em dar um auxílio de NCr$ 100 mil mensais para o funcionamento daquele serviço, antes de passá-lo em definitivo para a COBAL.

Nada, portanto, tem que ver o MEC com o restaurante do Calabouço. Envolver o nosso Ministério no assunto, atribuindo encargos que lhe não pertencem, será conseqüência de lamentável desinformação ou, o que seria mais grave, tentativa de confundir a opinião pública em ocorrências de tão grave repercussão".

A segunda nota do Ministro da Educação é esta:

"Estou em Pôrto Alegre cumprindo meus deveres de Ministro, preparando as condições de funcionamento do Govêrno, na área da Educação e Cultura, a partir dos próximos dias (amanhã).

Nenhuma providência cabe ao meu Ministério que exigisse a presença do Titular no Rio, em face do lamentável episódio do Calabouço. Estudante, para o MEC, é o aluno de classe, dentro da universidade, frente ao professor. Suas atividades de rua, relacionadas com o exercício dos direitos cívis, ficam situadas na área de trabalho da Polícia do Estado, pois nenhum Ministério da República, e muito menos o da Educação e Cultura, tem atribuições policiais ou de contrôle da ordem pública.

O inquérito decorrente dos delitos praticados é da competência específica das autoridades policiais, e o julgamento dos crimes, atribuição dos órgãos jurídicos próprios".

O Ministro redigiu as duas notas no gabinete do Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Fonseca Milano, no sexto andar da Reitoria, onde está instalado o Ministério da Educação.

Após escrever as notas a pedido do JB, o Sr. Tarso Dutra atendeu a sugestão de seu Chefe de Gabinete, e determinou que as mesmas fôssem encaminhadas a todos os jornais e rádios de Pôrto Alegre.

SUPLICY NÃO ACREDITA

*Curitiba* (Correspondente) — O Reitor Flávio Suplicy de Lacerda disse que não acredita que os estudantes paranaenses promovam manifestações por causa da morte do colega no Rio "porque o fato se deu em outro Estado".

— Entretanto — salientou o Reitor da Universidade Federal do Paraná — é possível que o Diretório Central dos Estudantes coloque bandeira de luto em sua sede. Isso não quer dizer nada, pois o DCE sempre está de luto ou protestando contra alguma coisa. Eu acho que êles têm é fome e daí o descontentamento.

Jornal do Brasil, 31 de março de 1968

DIRETOR-PRESIDENTE
NIOMAR MONIZ SODRÉ BITTENCOURT
DIRETOR SUPERINTENDENTE
OSVALDO PERALVA

# Correio da Manhã

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

Av. Gomes Freire, 471

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1968

## ESTUDANTES VOLTAM ÀS RUAS PELO RESTAURANTE

Com o Calabouço definitivamente fechado, segundo decisão do ministro Tarso Dutra, em reunião, segunda-feira, com o governador Negrão de Lima, os estudantes que se serviam daquele restaurante estão decididos a realizar na próxima sexta-feira uma passeata nas ruas centrais da cidade, protestando, também, contra a extinção do Instituto Cooperativo de Ensino que funcionava ao lado, com os cursos do Art. 99 e pré-vestibular.

Da conversa do governador com o ministro da Educação, ficou decidido que o Govêrno federal, através de decreto, criará uma bôlsa de alimentação de dois cruzeiros novos, dando também condições para que as escolas estaduais absorvam os alunos matriculados no ICE.

### GAMA NAO FECHOU

O Ministério da Justiça informou, ontem, a propósito de noticiário de que o Restaurante dos Estudantes, no Calabouço, teria sido fechado ou interditado no dia 28 de março último por ordem do ministro Gama e Silva, que aquela Pasta não teve nenhuma interferência direta ou indireta no assunto, carecendo, pois, de qualquer fundamento, as notícias divulgadas a respeito.

De acôrdo com informações colhidas no Ministério da Educação e Cultura, o ministro Tarso Dutra apresentou ontem ao presidente Costa e Silva três alternativas para a solução do problema do Restaurante Estudantil do Calabouço.

Na primeira hipótese, no caso de o Govêrno desejar a manutenção do atual restaurante, deverá ser criada uma assessoria de assistência social, estruturada pelo MEC, com a participação ou não de estudantes, para o levantamento dos que são efetivamente estudantes — isto é os que estão realmente matriculados em colégios ou entidades de ensino registrados legalmente no Ministério da Educação e Cultura — com eliminação dos comensais dos artigos 91 e 99.

As duas outras proposições seriam a bôlsa de alimentação, em forma de dinheiro, fornecida aos estudantes realmente carentes de recursos, ou o fornecimento de tickets para que a alimentação fôsse feita em restaurantes da COBAL, e outros restaurantes do Govêrno.

Os alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro marcaram para hoje, às 11h, uma assembléia geral para decidir sôbre o problema de seu restaurante, que permanece fechado desde o início das aulas.

## SNI DESGOSTA O PRESIDENTE POR NOTÍCIAS FALSAS

O presidente Costa e Silva, segundo informam seus assessôres diretos, não está satisfeito com as atividades do SNI porque aquêle órgão não vem correspondendo às necessidades de informações que o Govêrno realmente necessita, principalmente no que se refere a assuntos ligados à Segurança Nacional.

Asseguram ainda que as informações fornecidas ao chefe do Govêrno pelos setores competentes do SNI sôbre os acontecimentos que abalaram o País, durante duas semanas, relacionados com a crise da política estudantil, foram totalmente diversas daquelas que o Serviço Secreto do Exército apurou e informou diretamente ao marechal Costa e Silva, principalmente as informações procedentes de São Paulo.

### BILAC PINTO

O sr. Bilac Pinto, embaixador em Paris, regressará ao Brasil, dentro de oito dias, para manter conversações com o presidente Costa e Silva. Segundo informação de fonte idônea do Govêrno, será convidado a assumir o Ministério da Justiça, em substituição ao sr. Gama e Silva.

Nos círculos oficiais declara-se que a missão do sr. Gama e Silva na Pasta da Justiça está encerrada, com a conclusão dos projetos legislativos destinados a implementar a Constituição de 24 de janeiro. A

**ANEXO II**

### A HORA E A VEZ DOS PROFESSÔRES

# "LIBERTEM NOSSOS ALUNOS"

**Cêrca de mil professôres do Estado da Guanabara realizaram, ontem, uma concentração no pátio do MEC, portando faixas e cartazes de apoio às reivindicações dos estudantes e entregaram um memorial ao ministro Tarso Dutra, da Educação, exigindo a liberdade dos alunos presos nas últimas manifestações.**

**A comissão que encaminhou o documento ao ministro Tarso Dutra foi presidida pela professôra Henriete Amado, diretora do Colégio Estadual André Maurois, e composta pelos professôres: Frei Pedro Secondi, professor da PUC e diretor do Colégio Social; Antônio Gomes Pena, do Instituto de Filosofia da UFRJ; Isabel Junqueira Schimidt, coordenadora de orientação pedagógica do Colégio Pedro II; Leite Lopes, diretor do Instituto de Física da UFRJ; e José Américo Peçanha, do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ.**

CONCENTRAÇÃO

A concentração dos profes...ores, realizada ontem, no pá...tio do Ministério da Educação ...e Cultura, foi iniciada às .... ...com a chegada dos ...primeiros mestres, que foram: ...Secondi, Carlos Escobar, ...Gui Rufier, padre Antônio ...Carlos Angelo, êste diretor do ...Colégio Santo Inácio e Alber...to Coelho de Sousa, da Univer...sidade Federal Fluminense. ...Minutos após, o pátio do MEC ...já se encontrava repleto de ...professôres, portando faixas e ...cartazes, onde se lia: «Liber...tem Nossos Alunos», «Recesso ...Escolar Não é Solução», «Con...tra a Privatização do Ensino», ...Professôres e Alunos Uni...dos», «Estudantes Precisam ...ser Ouvidos», «Educação Não ...é Violência» e «Razão».

COMPARECIMENTO

Entre as centenas de profes...sôres que participaram da ma...nifestação realizada ontem, ...estavam presentes: frei Pedro ...Secondi, da PUC; Henriete ...Amado, diretora do Colégio ...André Maurois; frei Gui Ru...fier, da PUC; padre Antônio ...Carlos Angelo, diretor do Co...légio Santo Inácio; Alberto ...Coelho de Sousa, da Universi...dade Federal Fluminense; An...tônio Gomes Pena, do Insti...tuto de Psicologia da Univer...sidade Federal do Rio de Ja...neiro; Helena Levi, da Fa...culdade de Sociologia da PUC; ...Afonso Saldanha, presidente ...do Sindicato dos Professôres ...do Estado da Guanabara; ...Ber Reis, da Universidade Ru...ral; Maria Ieda Linhares, do ...Instituto de Filosofia e Ciên...cias Sociais da PUC; José ...Cândido Filho, presidente do ...Sindicato dos Empregados em ...Entidades Culturais; José ...Américo, da Faculdade de Fi...losofia da UFRJ; Isabel Jun...queira Schmidt, coordenado...ra de orientação do Colégio ...Pedro II; padre Raul Men...donça, vice-reitor comunitário ...da PUC; irmã Maria Alda, su...periora do Colégio Sion; Elói ...Nuno Pereira, coordenador do ...Colégio André Maurois; pa...dre Vicente Adamo, diretor do ...Colégio Santo Antônio Maria ...Zacarias; Antônio Gomes, do ...Instituto de Psicologia da ...PUC; padre Almeida, diretor ...do Colégio S. Vicente de Pau...lo, e Eliezer Schneider, do ...Instituto de Psicologia da ...UFRJ.

MEMORIAL DOS MESTRES

O memorial entregue pelos ...professôres ao ministro da ...Educação tem o seguinte teor: «Exmo. sr. ministro da Edu...cação

Os professôres universitários ...e secundários, face à situação de crise que passa a política educacional brasileira, com a autoridade e a responsabilidade que lhes confere o papel de educadores, vêm:

1º — Protestar contra a repressão das autoridades policiais que tem atingido violentamente:

a) os estudantes, em suas justas reivindicações, que expressam a necessidade de transformação da estrutura obsoleta do ensino;

b) as instituições educacionais brasileiras atingidas frontalmente em sua autonomia e em sua dignidade;

c) os profissionais de imprensa, através de agressão física e de depredação de equipamento;

d) o povo traumatizado e solidário com os que lutam por uma educação visando a uma sociedade mais democrática.

2º — Responsabilizar as autoridades por qualquer violência que seja cometida contra os líderes estudantis.

3º — Responsabilizar as autoridades governamentais pelas soluções inadequadas que vêm sendo dadas ao problema educacional brasileiro.

4º — Protestar contra a solução cômoda que leva à supressão das aulas nas crises estudantis, impedindo o normal funcionamento do trabalho escolar.

5º — Protestar contra quaisquer idéias concernentes à privatização do ensino em todos os níveis, que atentem contra princípio democrático da escola pública.

6º — Protestar contra a estruturação universitária em fundações que permitam ao suporte financeiro das mesmas exercer influência nos sistemas e objetivos do ensino, colocando-os contra os interêsses da cultura e da nação brasileira.

7º — Protestar contra a orientação de técnicos estrangeiros na formulação da política educacional do país, que acarreta a alienação da cultura brasileira:

a) Defender a autonomia da Universidade, mediante a participação de seus corpos docentes no encaminhamento das soluções para a reestruturação do sistema educacional.

b) Defender o princípio da educação voltado para o conjunto da sociedade brasileira e não apenas para minorias privilegiadas da mesma.

8º — Exigir:

a) providências imediatas para a libertação dos estudantes e demais pessoas presas em manifestações;

b) garantias formais de que serão suspensas tôdas e quaisquer perseguições aos líderes estudantis;

c) garantias para professores e alunos participarem ativamente da política educacional, com a liberdade que, individualmente, está assegurada pela Constituição brasileira, no artigo 121;

d) um tratamento adequado na distribuição das verbas governamentais, com o rigoroso cumprimento do dispôsto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

e) ampliação do sistema educacional em todos os níveis, para que as legítimas oportunidades educacionais não se restrinjam a minorias privilegiadas;

f) melhorar as condições de ensino e pesquisa indispensáveis ao desenvolvimento de uma cultura realmente voltada para os interêsses nacionais;

g) dar assistência material adequada aos estudantes.

9º — Repudiar e estranhar pronunciamentos de autoridades que ao invés de contribuirem para solução razoável dos problemas estudantis, incitam à violência e à vingança».

COM O MINISTRO

O professor José Américo Peçanha, um dos componentes da comissão de professôres que entregou o memorial ao ministro Tarso Dutra, afirmou na ocasião: "Espero que o sr. ouça as nossas reivindicações, porque êsse documento representa a consciência do magistério de todo o Estado da Guanabara".

O ministro da Educação, por seu turno, respondeu, dizendo: "Estou satisfeito, porque nêsse momento levam-se às autoridades as reivindicações de tôda uma classe". "Vou examinar detalhadamente — prosseguiu — cada item dêsse documento e tentar atender tôdas as suas reivindicações, sendo preciso que se saiba, entretanto, que muitas das coisas que são reclamadas, às vêzes sob a forma de protesto, traduzem apenas uma falta de informação sôbre aquilo que o govêrno vem fazendo".

E explicou: "É bom que se saiba, por exemplo, que hoje será enviado ao presidente Costa e Silva um projeto sôbre a reformulação da estrutura do Ministério da Educação, que, como base de tudo, permitirá que partamos para uma série de assuntos que estão sendo entravados por uma estrutura arcaica". "A verdade — continuou — é que o Ministério da Educação estava ultrapassado e, por isso, tão logo fui designado para essa pasta, nomeei um grupo de trabalho cujas tarefas, agora concluídas, permitirão a resolução de uma série de problemas que se encontram em nossa pauta".

O professor Américo Peçanha, depois das palavras do ministro, voltou a afirmar: "Gostaríamos também de pedir a intervenção do ministro da Educação em uma série de outras questões como, por exemplo, a libertação dos presos, que, embora não pertencendo à sua área, poderia ter soluções mais rápidas com a interferência e as gestões de um ministro de Estado".

O sr. Tarso Dutra, voltou então a falar, respondendo: "Estarei sempre disposto a ouvir não apenas estudantes, mas também professôres, já que o diálogo é o que temos de mais importante". "Por isso — acrescentou — proponho que marquemos um nôvo encontro entre professôres, o que, inclusive, poderá ser feito em têrmos de um debate público".

O professor Leite Lopes, diretor do Instituto de Física da UFRJ, pediu a palavra e disse: "Não é possível, sr. ministro, que a polícia continue cercando faculdades e impedindo que professôres e alunos, juntamente, discutam os problemas comuns às duas classes".

Respondeu então o ministro: "No momento que os estudantes desejarem dialogar eu me proponho, inclusive, a marcar um lugar, conhecido apenas por nós, para mantermos tal encontro, evitando assim que se diga que êles não vieram aqui ou em outro lugar porque a polícia está sempre a esperá-los".

E concluiu: "Muitas vêzes tentamos o diálogo, mas se os estudantes nada quiseram nós também nada podemos fazer".

PASSEATA

Embora a maioria dos professôres presentes à concentração de ontem tenham afirmado que participarão da passeata estudantil programada para hoje, que terá, inclusive, a presença do Clero, com D. José de Castro Pinto à frente, uma reunião foi marcada para ontem mesmo, às 20h30m, no Colégio Santo Inácio, quando os mestres decidiram o comparecimento maciço à manifestação dos alunos.

Durante tôda a manifestação dos professôres, duas viaturas da DOPS de números 6-146 e 6-181, permaneceram estacionadas na avenida Graça Aranha — ao lado do MEC —, enquanto um choque da PM foi colocado nos fun...

*Solidariedade Dos Mestres*

Cêrca de mil professôres de todo o Estado da Guanabara realizaram concentração no pátio do MEC. Querem a libertação dos alunos presos.

## *Manifestações de Hoje Terão Dom Castro Pinto à Frente*

Diário de Notícia, 26 de junho de 1968

CORREIO DA MANHÃ, Quarta-feira, 26 de junho de 1968

# MINISTRO NÃO SOLTA ESTUDANTE

O ministro Tarso Dutra, recusou a proposta da chefe do Departamento de Sociologia da PUC, professôra Helena Lawin, de que o MEC fizesse um apêlo às autoridades policiais militares para a libertação dos estudantes que continuam detidos.

A professôra, o reitor da PUC, padre Laércio Dias de Moura, e mais nove professôres daquela Universidade foram recebidos, ontem, pelo ministro da Educação e, nesta ocasião, afirmaram que "a aprovação da proposta seria uma demonstração de sinceridade de propósitos das autoridades educacionais".

ELEGANCIA

Quando a professôra terminou o seu pedido, o ministro sorriu e afirmou que "infelizmente" não poderia intervir. "Ficaria deselegante, pois não é minha atribuição. Não sou culpado pelas prisões, embora queiram me responsabilizar por tudo. Ninguém fêz, no MEC, uma administração tão profícua e objetiva quanto eu. Mas há muita perturbação social atualmente e isto, somado à burocracia, dificulta o diálogo entre os estudantes e o Govêrno."

Sôbre a manifestação de hoje Tarso Dutra disse que "ao que sabe não haverá repressão policial. Tudo vai correr bem e a passeata será pacífica".

APTD 03.5.2.2-12/1

S E C R E T O

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ofício nº 21/69

Em 13 de março de 1969

Do Comissão de Investigação Sumária - M.E.C.

Ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura

Assunto Encaminhamento (faz).

Sr. Ministro

I - Anexos ao presente vão relacionados novos nomes que, no entender da Comissão que tenho a honra de presidir, devem ser objetos de medidas visando, diretamente, o interêsse da Segurança Nacional.

II - Como aconteceu à primeira relação, figuram na atual apenas nomes de indivíduos que, comprovadamente, têm realizado ou dado amparo ou cobertura à realização de atividades que se opõem, diretamente, aos interêsses, não apenas da Revolução de Março de 64 como, estamos certos, aos objetivos nacionais permanentes do nosso país, a cujo serviço todos estamos.

III - Por tais razões, e por estarmos seguros de que não faltarão as providências a serem determinadas pelo elevado patriotismo de V. Excia., valêmo-nos da oportunidade para apresentar-lhe as nossas expressões de respeito e mais elevada consideração.

J. Boaventura

Jorge Boaventura de Souza e Silva
Presidente da CISMEC

Av. Franklin Roosevelt, 23
salas 1.108/1.110.

S E C R E T O

APTD 03.5.2.2-12/2

S E C R E T O

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Exmo. Senhor Ministro da Educação e Cultura:

A relação abaixo contém novos nomes que, tendo sido examinados pela CISMEC, entendeu a mesma submeter ao exame de V. Excia.

Além dos nomes, figuram na relação as medidas propostas e os números das fls. das quais constam, em sumário as razões que informaram as sugestões feitas.

| N O M E S | MEDIDAS SUGERIDAS | FLS. |
|---|---|---|
| OFÍCIO Nº 21/69 | | |
| 1. Aluisio Pimenta | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 1 |
| 2. Ari Mazzini Canarin | Idem. | 3 |
| 3. Ângelo Ricci | Idem. | 4 |
| 4. Amilcar Viana Martins | Idem. | 5 |
| 5. Armando Sócrates Schnoor | Idem, e afastamento do C. Cultura. | 6 |
| 6. Badih Melhem | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 7 |
| 7. Cândido Ubaldo Gonzalez | Idem. | 8 |
| 8. Carlos Dório Gonçalves Soares | Idem. | 9 |
| 9. Carlos Maximiliano Fayet | Aposentadoria dos cargos que exerce na FA/UFRGS e Instituto de Belas Artes. | 10 |
| 10. Cássio Mendonça Pinto | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 12 |
| 11. Celson Diniz Pereira | Idem. | 13 |
| 12. Clarival do Prado Valadares | Idem, e dispensa das funções no C F Cultura. | 14 |
| 13. Cleber Arnaud Mascarenhas | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. Remessa ao Ministro da Justiça. | 15 |
| 14. Clovis Salgado | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. Afastamento das funções que exerce no C F Educação. | 16 |

S E C R E T O

APTD 03.5.2.2-12/3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETO

2.

| | | |
|---|---|---|
| 15. Dalton Miranda | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. Encaminhamento ao Ministro da Justiça. | 17 |
| 16. Dora Alcântara | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 18 |
| 17. Durmeval Trigueiro | Idem, e afastamento das funções no C F Educação. | 19 |
| 18. Eder Simões | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 20 |
| 19. Edgard Godoy da Mata Machado | Idem. | 21 |
| 20. Emílio Mabilde Rippol | Idem. | 22 |
| 21. Enéas C. de Souza | Encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins. | 23 |
| 22. Ernesto Antônio Paganelli | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 24 |
| 23. Ernildo Jacobs Stein | Idem. | 25 |
| 24. Eni Taluá Tôsca de Freitas | Encaminhamento ao Ministro da Justiça para as providências cabíveis. | 26 |
| 25. Fábio Lucas Gomes | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 27 |
| 26. Fernando Vieira de Mello | Encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins. | 28 |
| 27. Gerd Alberto Bornhein | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 29 |
| 28. Gilberto Braum | Encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins. | 30 |
| 29. Guido Antonio de Almeida | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 31 |
| 30. Helena Lewin | Idem. | 32 |
| 31. Isaac Moussatché | Idem. | 33 |
| 32. Jayme Simão Portugal Goldstein | Idem, e encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins. | 34 |
| 33. João Carlos Brum Tôrres | Aposentadoria dos cargos federais que ocupe. | 36 |
| 34. Joaquim José Barcelos Felizardo | Idem. | 37 |
| 35. José Borges dos Santos Jr. | Imediato afastamento das funções no C F Educação. | 38 |

SECRETO

APTD 03.5.2.2-12/4

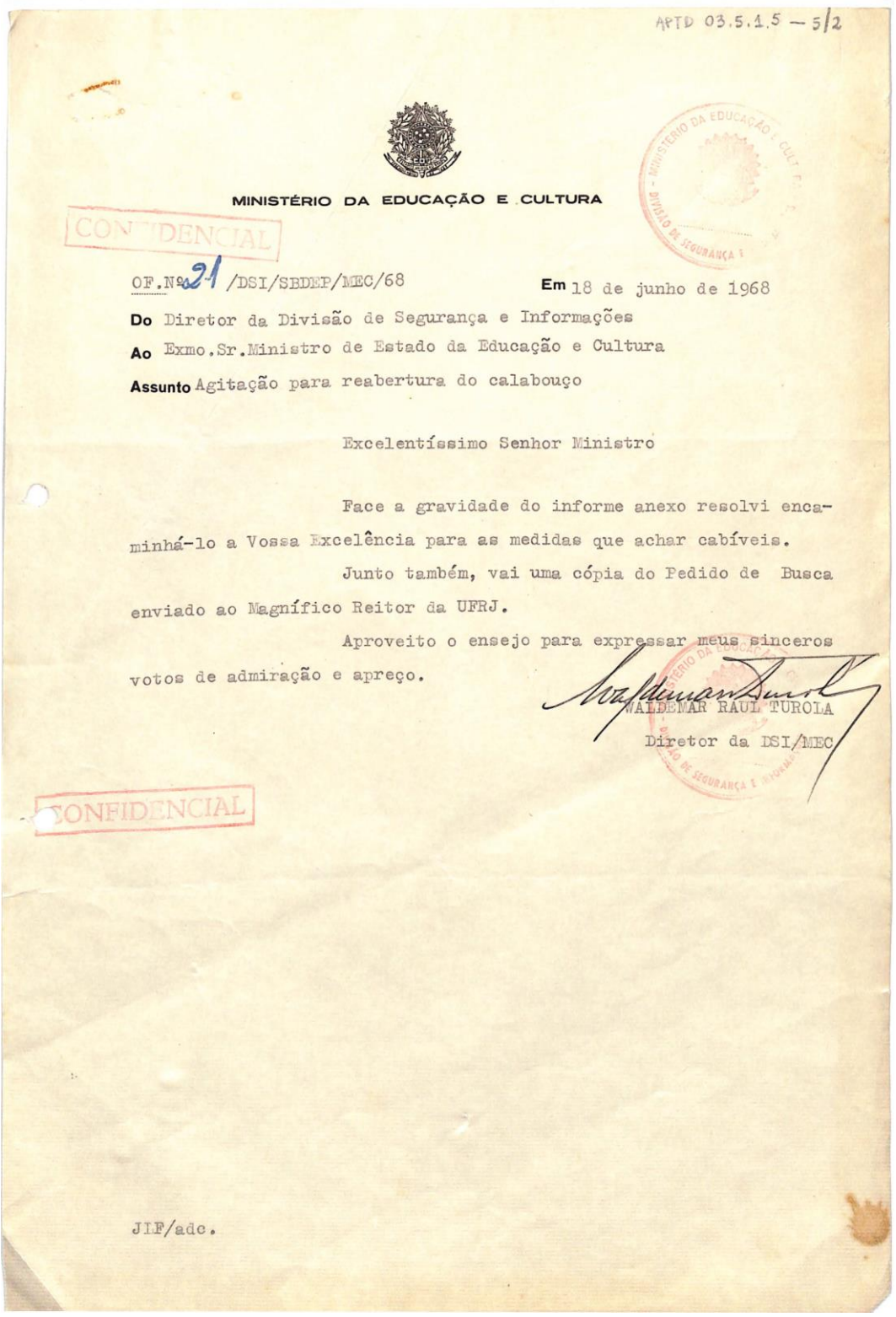
SECRETO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



| | | |
|---|---|---|
| 36. José Carlos Fonseca Milano | Afastamento das suas funções no Conselho Federal de Ed ucação. | 39 |
| 37. José Luiz Werneck da Silva | Aposentadoria dos cargos fede- rais que ocupe. Encaminhamento ao Ministro da Justiça para os devidos fins. | 41 |
| 38. José Pio de Lima Antunes | Idem. | 42 |
| 39. Júlio Barbosa | Idem. | 43 |
| 40. Leônidas Rangel Xansa | Idem. | 44 |
| 41. Lourival Vilela Viana | Idem. | 45 |
| 42. Luiz Sérgio Dias | Remessa ao Ministro da Justiça para as medidas cabíveis. | 46 |
| 43. Manoel Alves de Oliveira | Aposentadoria dos cargos fede - rais que ocupe. Remessa ao Ministro da Justiça para as providências cabíveis. | 47 |
| 44. Marcelo Pereira Duarte Guimarães | idem. | 48 |
| 45. Maria Stella Faria de Amorim | Aposentadoria dos cargos fede - rais que ocupe. | 49 |
| 46. Marta Nair Monteiro | Idem, e ouvido o Min. da Justiça. | 50 |
| 47. Osório da Rocha Diniz | Aposentadoria dos cargos fede - rais que ocupe. | 51 |
| 48. Otavio Guilherme Cardoso Alves Velho | Aposentadoria de todos os car - gos federais que ocupe. | 52 |
| 49. Pedro Parafita de Bessa | Idem. | 53 |
| 50. Roberto Buys | Idem. | 54 |
| 51. Rodolpho de Abreu Bering | Idem. | 55 |
| 52. Rui de Souza | Idem. | 56 |
| 53. Samir Siribac | Idem. | 57 |
| 54. Samy Syrial | Idem. | 58 |
| 55. Sílvio Carvalho Vasconcelos | Idem. Cassação direitos políticos por 10 anos. | 59 |
| 56. Sônia Botelho Junqueira | Encaminhamento ao Ministro da Justiça para as providências cabíveis. Aposentad. cargos Federais que ocupe. | 60 |
| 57. Tarcísio Ferreira | Aposentadoria dos cargos fede - rais que ocupe. | 61 |
| 58. Vitor de Brito Velho | Idem. | 62 |
| 59. Maria Andréa Rios Loyola | Idem. | 63 |

SECRETO



APTD 03.5.1.5 – 5/2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CONFIDENCIAL

OF.Nº 21 /DSI/SBDEP/MEC/68 Em 18 de junho de 1968

Do Diretor da Divisão de Segurança e Informações

Ao Exmo.Sr.Ministro de Estado da Educação e Cultura

Assunto Agitação para reabertura do calabouço

Excelentíssimo Senhor Ministro

Face a gravidade do informe anexo resolvi encaminhá-lo a Vossa Excelência para as medidas que achar cabíveis.

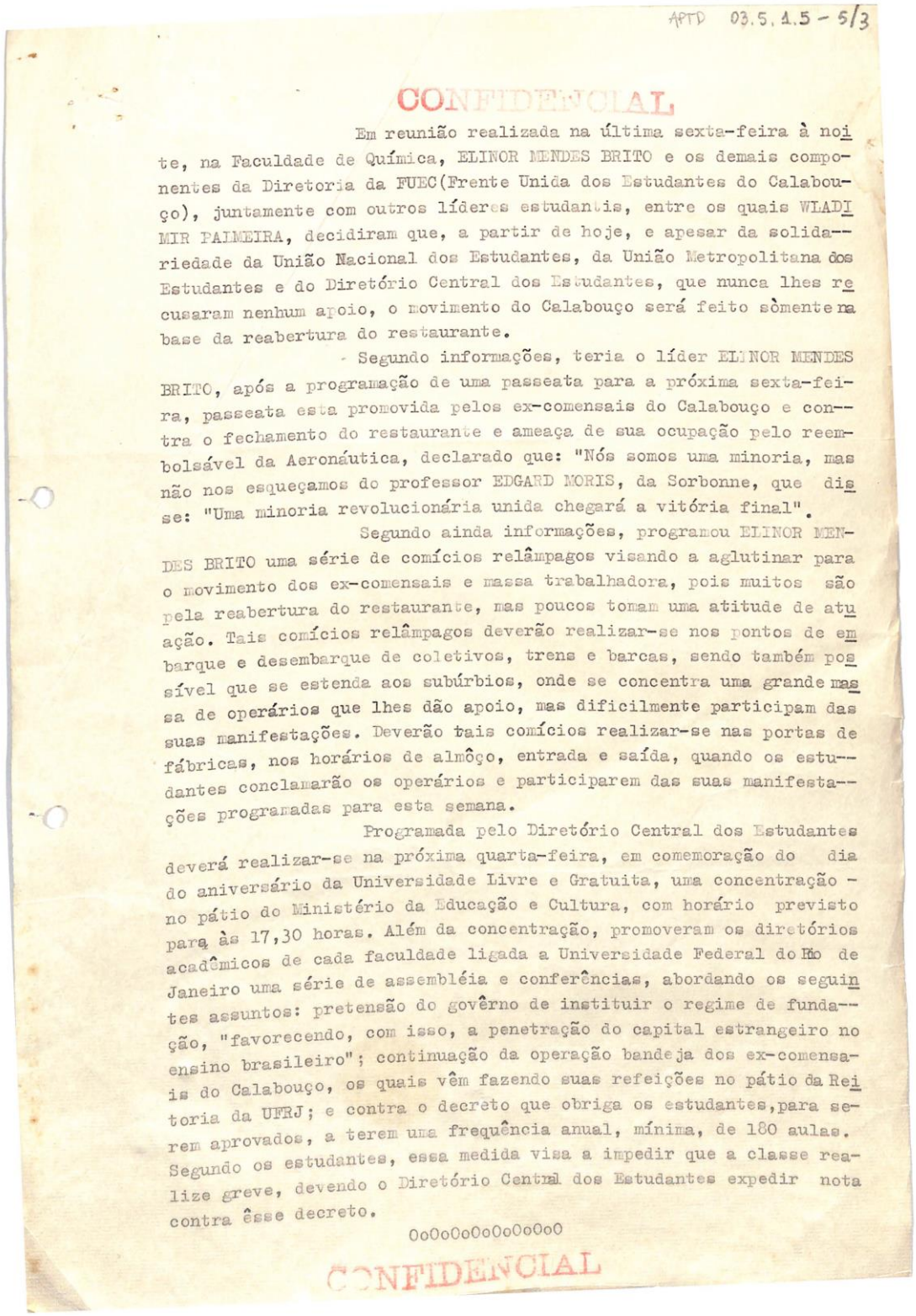
Junto também, vai uma cópia do Pedido de Busca enviado ao Magnífico Reitor da UFRJ.

Aproveito o ensejo para expressar meus sinceros votos de admiração e apreço.

WALDEMAR RAUL TUROLA
Diretor da DSI/MEC

CONFIDENCIAL

JIP/adc.



APTD 03.5.1.5 - 5/3

CONFIDENCIAL

Em reunião realizada na última sexta-feira à noite, na Faculdade de Química, ELINOR MENDES BRITO e os demais componentes da Diretoria da FUEC(Frente Unida dos Estudantes do Calabouço), juntamente com outros líderes estudantis, entre os quais WLADIMIR PALMEIRA, decidiram que, a partir de hoje, e apesar da solidariedade da União Nacional dos Estudantes, da União Metropolitana dos Estudantes e do Diretório Central dos Estudantes, que nunca lhes recusaram nenhum apoio, o movimento do Calabouço será feito sòmente na base da reabertura do restaurante.

Segundo informações, teria o líder ELINOR MENDES BRITO, após a programação de uma passeata para a próxima sexta-feira, passeata esta promovida pelos ex-comensais do Calabouço e contra o fechamento do restaurante e ameaça de sua ocupação pelo reembolsável da Aeronáutica, declarado que: "Nós somos uma minoria, mas não nos esqueçamos do professor EDGARD MORIS, da Sorbonne, que disse: "Uma minoria revolucionária unida chegará a vitória final".

Segundo ainda informações, programou ELINOR MENDES BRITO uma série de comícios relâmpagos visando a aglutinar para o movimento dos ex-comensais e massa trabalhadora, pois muitos são pela reabertura do restaurante, mas poucos tomam uma atitude de atuação. Tais comícios relâmpagos deverão realizar-se nos pontos de embarque e desembarque de coletivos, trens e barcas, sendo também possível que se estenda aos subúrbios, onde se concentra uma grande massa de operários que lhes dão apoio, mas dificilmente participam das suas manifestações. Deverão tais comícios realizar-se nas portas de fábricas, nos horários de almôço, entrada e saída, quando os estudantes conclamarão os operários e participarem das suas manifestações programadas para esta semana.

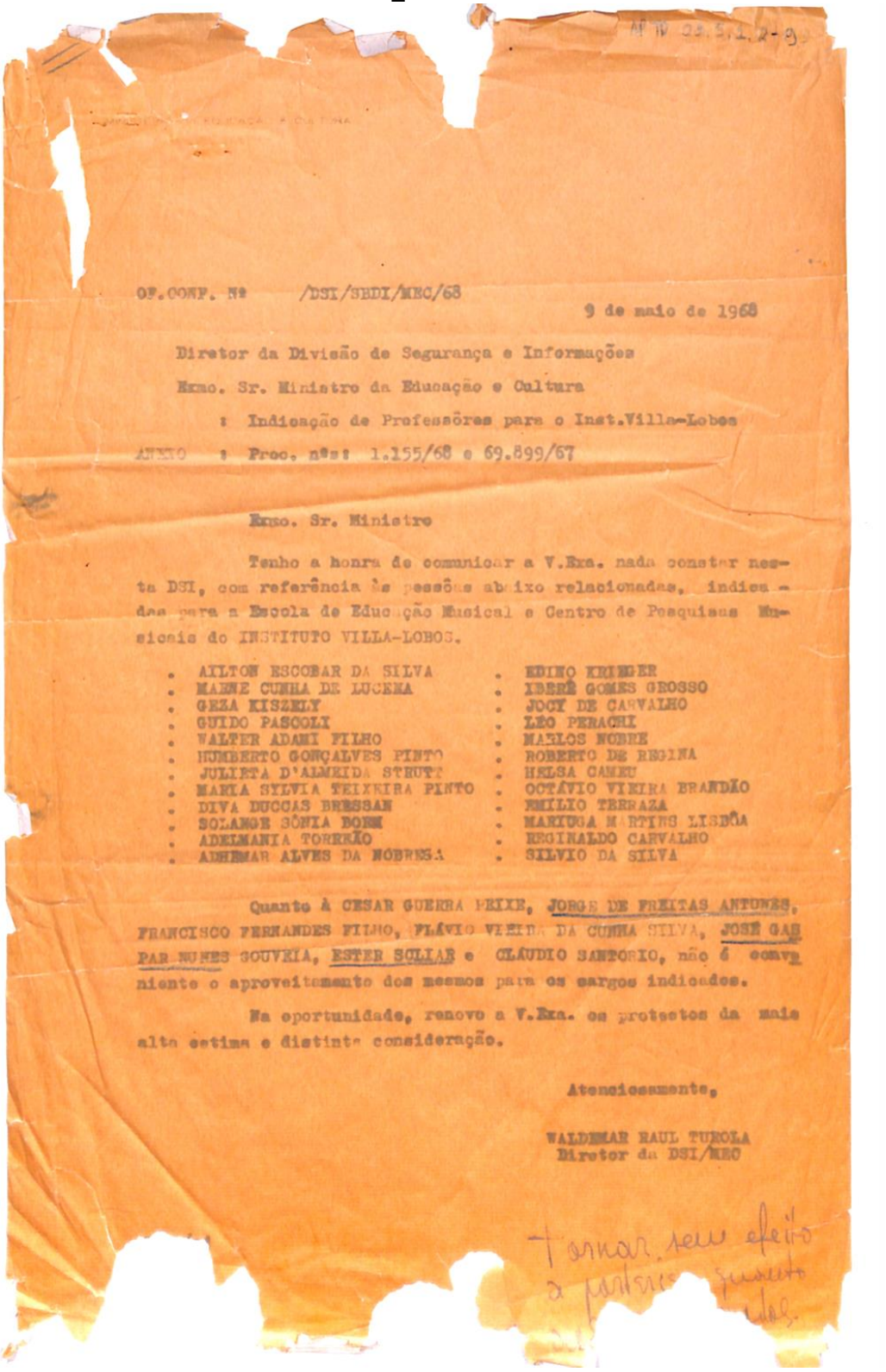
Programada pelo Diretório Central dos Estudantes deverá realizar-se na próxima quarta-feira, em comemoração do dia do aniversário da Universidade Livre e Gratuita, uma concentração - no pátio do Ministério da Educação e Cultura, com horário previsto para às 17,30 horas. Além da concentração, promoverão os diretórios acadêmicos de cada faculdade ligada a Universidade Federal do Rio de Janeiro uma série de assembléia e conferências, abordando os seguintes assuntos: pretensão do govêrno de instituir o regime de fundação, "favorecendo, com isso, a penetração do capital estrangeiro no ensino brasileiro"; continuação da operação bandeja dos ex-comensais do Calabouço, os quais vêm fazendo suas refeições no pátio da Reitoria da UFRJ; e contra o decreto que obriga os estudantes,para serem aprovados, a terem uma frequência anual, mínima, de 180 aulas. Segundo os estudantes, essa medida visa a impedir que a classe realize greve, devendo o Diretório Central dos Estudantes expedir nota contra êsse decreto.

0o0o0o0o0o0o0o0

CONFIDENCIAL

**ANEXO V**

**APTD_03.5.1.2-009**



OF.CONF. Nº /DSI/SEDI/MEC/68

9 de maio de 1968

Diretor da Divisão de Segurança e Informações

Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura

: Indicação de Professôres para o Inst.Villa-Lobos

ANEXO : Proc. nºs: 1.155/68 e 69.899/67

Exmo. Sr. Ministro

Tenho a honra de comunicar a V.Exa. nada constar nesta DSI, com referência às pessôas abaixo relacionadas, indicadas para a Escola de Educação Musical e Centro de Pesquisas Musicais do INSTITUTO VILLA-LOBOS.

- AILTON ESCOBAR DA SILVA
- MARNE CUNHA DE LUCENA
- GEZA KISZELY
- GUIDO PASCOLI
- WALTER ADAMI FILHO
- HUMBERTO GONÇALVES PINTO
- JULIETA D'ALMEIDA STHUTT
- MARIA SYLVIA TEIXEIRA PINTO
- DIVA DUCCAS BRESSAN
- SOLANGE SÔNIA BORM
- ADELMANIA TORREÃO
- ADHEMAR ALVES DA NÓBREGA
- EDINO KRIEGER
- IBERÊ GOMES GROSSO
- JOCY DE CARVALHO
- LÉO PERACHI
- MARLOS NOBRE
- ROBERTO DE REGINA
- HELSA CAMEU
- OCTÁVIO VIEIRA BRANDÃO
- EMILIO TERRAZA
- MARIUSA MARTINS LISBÔA
- REGINALDO CARVALHO
- SILVIO DA SILVA

Quanto à CESAR GUERRA PEIXE, JORGE DE FREITAS ANTUNES, FRANCISCO FERNANDES FILHO, FLÁVIO VIEIRA DA CUNHA SILVA, JOSÉ GASPAR NUNES GOUVÊIA, ESTER SCLIAR e CLÁUDIO SANTORIO, não é conveniente o aproveitamento dos mesmos para os cargos indicados.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. os protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

WALDEMAR RAUL TUROLA
Diretor da DSI/MEC

Tornar seu efeito a portaria [illegible]

**ANEXO VI**

# Ministro nega diálogo aos grevistas de SP

O ministro Jarbas Passarinho, do Trabalho, declarou ontem em São Paulo que a greve em várias indústrias de Osasco é ilegal e os trabalhadores que assim procederam não merecem o diálogo, pois sua atitude é uma verdadeira provocação e está contribuindo para a intranqüilidade da família paulista, com possíveis repercussões em tôda a Nação. Defendeu a tese de que devemos dar liberdade com responsabilidade, sem o que é desorganização, e acusou os sindicatos de Osasco de conivência com o movimento ilegal, pelo fato de que em nenhum momento procuraram eximir-se de responsabilidade pelos acontecimentos.

Tôdas as fábricas paralisadas voltarão a funcionar normalmente a partir de hoje, com garantias policiais. Apesar de terem sido ocupadas desde anteontem, as indústrias Brown-Boveri, Cobrasma, Braseiro, Granada e Keller, continuam paralisadas e fortemente policiadas por soldados do Batalhão Tobias de Aguiar. Sòmente a Lonaflex, atingida pelo movimento, não interrompeu o ritmo de trabalho.

Foram presos os trabalhadores Artur dos Santos, Afonso Antunes, Clóvis Ferreira Batista, Luiz Galdino da Silva, Luiz Carlos Demov, João Batista Cândido, Manuel Machado, José Orolfama, José Campos Barreto e Rui Barbosa dos Santos. Serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional e no artigo 29 da lei que regula as greves. Interrogados, disseram ignorar que sua atuação é ilegal, negando haver mantido engenheiros presos, como refens. Quanto ao advogado Nelson Manso Sayon Filho e o universitário Raul da Cruz Lima Neto, detidos quando distribuíam panfletos e material subversivo em frente à Cobrasma, foram postos em liberdade, depois de indiciados em inquérito, na Delegacia de Ordem Política e Social.

O governador Abreu Sodré, depois de manter entrevista com o ministro Jarbas Passarinho, afirmou aos jornalistas, no Palácio Campos Elíseos, que a greve era «ilegítima e subversiva», prometendo agir com violência. Na Guanabara, o almirante Silvio Heck enviou mensagem aos trabalhadores, pedindo que reflitam sôbre os «imensos prejuízos que o País sofrerá com a paralisação das atividades», pedindo-lhes que dialoguem com empresários e autoridades, antes de se decidirem pela greve, embora reconhecendo que percebem salários insuficientes.

Ainda na capital paulista, os estudantes que continuam entrincheirados na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, denunciaram que a crise das universidades e os acontecimentos de Osasco são dois aspectos da crise nacional.

## Revolta no Estado do Rio

A possibilidade da deflagração de uma revolta dos trabalhadores das zonas canavieiras do Estado do Rio foi apontada ao Conselho de Segurança Nacional e ao Presidente da República no memorial que lhes foi encaminhado pela Associação Fluminense de Plantadores de Cana.

O movimento seria resultante do estado de completa miséria em que se encontram aquêles trabalhadores, em conseqüência da descapitalização que atravessam os fornecedores de cana.

Jornal do Comércio, 18 de julho de 1968.

# Fôrça Pública intervém na greve em Osasco e prende 34

São Paulo (Sucursal) — Trinta e quatro pessoas foram presas ontem à noite na Cobrasma, em Osasco, quando a tropa da Fôrça Pública chegou ao local, com 30 cavalarianos, 60 soldados armados com metralhadoras, baionetas caladas, bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes e dois **brucutus**, para expulsar os operários que haviam tomado a fábrica de manhã.

A Cobrasma foi a única fábrica em que a Polícia fêz prisões, pois chegou a ser iniciado um pequeno movimento de reação, enquanto na Lanoflex os operários deixaram o local logo que chegaram os soldados e as outras fábricas foram desocupadas pelos grevistas antes mesmo da presença dos policiais.

POUCOS PROBLEMAS

Pouco antes das 22 horas, após trabalho de reconhecimento feito em carros particulares, a tropa da Fôrça Pública, comandada pelo Coronel Altino Magno Fernandes, chegou à Cobrasma, entrando na fábrica acompanhado de poucos soldados, quando alguns líderes tentaram incitar os operários a não abandonar o local.

Para dar uma demonstração de fôrça os cavalarianos entraram no local e, logo depois, entravam os outros soldados, enquanto os **brucutus** ficavam fora. Começaram a sair os operários, enquanto os líderes fugiram pulando o muro.

Depois de evacuada a maior parte do pessoal os soldados da Fôrça Pública começaram a procurar os que estavam espalhados pelas diversas seções da fábrica, cuja área é muito grande.

Foram presos, então, os primeiros operários: João Francisco, Francisco Spadari e Isauro Lourenço Pedroso. Segundo êles, estavam nos seus locais de trabalho e não sabiam da chegada da Polícia quando apareceram os soldados e os prenderam.

Depois dêles, foram presos 26 operários, que deixaram a fábrica com as mãos nas cabeças e foram colocados em um caminhão. Segundo investigadores do DOPS êles faziam parte do grupo que queria resistir e por isso foram levados para o DOPS para prestar depoimento.

Um agente da Polícia Federal prendeu Rui Barbosa Santos, afirmando que êle estava "achincalhando a ação da Polícia".

O operário defendia-se dizendo que não sabia nada sôbre greve, e que foi a primeira vez que participou de um movimento, e mesmo assim o fêz porque o portão foi fechado e não podia sair.

Os últimos presos foram Luís Carlos Dimovi, Artur dos Santos e Manoel Machado, enquanto a Fôrça Pública fazia uma triagem entre 116 pessoas para tentar reconhecer os que reagiram.

AMEAÇAS E PRISÃO DE LÍDER

Enquanto saíam os operários, alguém avisou que havia um grupo ameaçando incendiar uma bomba de gasolina. Um carro do corpo de bombeiros ficou no local, mas a ameaça não foi concretizada.

Os agentes do DOPS e da Polícia federal, enquanto isto, tentavam prender nas proximidades José de Araújo Barretos, Joaquim Miranda e Benedito Vieira. Já depois das 23 horas, José de Araújo Barreto foi preso por um agente da Polícia federal, que encontrou em seu poder um revólver calibre 38 e grande quantidade de balas. O prêso ficou vigiado por seis soldados da Fôrça Pública e foi reconhecido pelo próprio coronel Altino Magno Fernandes como um dos que instigavam os operários a resistência. Um grande número de repórteres aproximou-se dêle, que não queria falar. Perguntavam seu nome, sua idade. Êle riu e disse:

— Twenty-One. Do You Understand?

Disse que não era líder, só trabalhava na fábrica há dois meses e não revelou o nome. Um oficial, no entanto, retirou os documentos do seu bôlso e confirmou o nome dado pelo agente federal.

SECRETÁRIO CHEGA

O Secretário da Fazenda, Arrôbas Martins, estêve no local com o Presidente da Caixa Econômica do Estado, Oscar Klabin Segal, e conversou separadamente com um agente do DOPS, que confirmou a ida dos presos para aquêle departamento e disse que os líderes haviam escapado. O agente afirmou ainda que, segundo um engenheiro, o prejuízo-hora foi de NCr$ 10 mil.

Quando a situação estava completamente dominada, chegou o coronel Antônio Ferreira Marques, Comandante da Fôrça Pública, que conversou separadamente com o coronel Altino Magno Fernandes, alguns agentes do DOPS, o Secretário Arrôbas Martins e o Sr. Oscar Klabin Segal.

BAIXAS

Sòmente duas baixas se registraram durante a desocupação: um soldado da Fôrça Pública, cujo nome não quis fornecer, foi ferido levemente no rosto e nas mãos por um operário que tentou fugir. Do lado dos operários também se verificou uma baixa: Vanderlei Passioto foi ferido, sem gravidade, por um golpe de cassetete na cabeça.

Os policiais se limitaram a usar seus cassetetes para empurrar os presos quando eram levados em fila.

CARTA AO GOVERNADOR

O Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Sr. Ildélio Martins, chegou à noite a São Paulo, com uma carta do Ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, ao Governador Abreu Sodré. No aeroporto, afirmou que "a greve dos trabalhadores de Osasco é ilegal, não tem nenhum fundamento e por isso será combatida com rigor".

Acrescentou que os grevistas não receberão pelo dia em que estiveram parados, "pois o Govêrno pretende punir exemplarmente as provocações e violências".

## *Grevistas pararam cinco fábricas*

O movimento que eclodiu ontem em cinco indústrias de Osasco — Fósforos Granada, Cobrasma, Braseixo, Lonaflex e Metalúrgica Barreto Keller — paralisou mais de quatro mil operários, que ocuparam as fábricas depois de armazenar gêneros alimentícios. A principal reivindicação é aumento salarial de 35% e escala móvel de salário, com reajustes a cada três meses.

O movimento, classificado por um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, Sr. José Ferreira Batista, como "briga santa por legítimos direitos", deixou o Govêrno apreensivo porque pode alastrar-se por outras indústrias de Osasco. A greve começou com uma passeata, pelas ruas da cidade, de cêrca de 200 trabalhadores da Fábrica de Fósforos Granada.

ESTOPIM DA GREVE

Osasco, quarto município paulista em arrecadação e o segundo parque industrial de-

"Nós, operários de Osasco, estamos em greve. Já ocupamos várias fábricas. Exigimos 35% de aumento sôbre os salários atuais; contrato coletivo de trabalho por dois anos e reajuste de três em três meses.

A fome que ronda nossas casas e o desemprêgo que nos atormenta têm que ter um fim. Chegou a hora de dizermos não à ditadura dos patrões. Chegou a hora da derrubada das leis do arrôcho salarial, do Fundo de Garantia e da lei antigreve.

Ao arrôcho respondemos com greve, ao Fundo de Garantia — greve. Exigimos contrato coletivo. À lei antigreve — greve. Greve contra todos os arrochos.

Pelos jornais, rádios e televisão, a ditadura dos patrões procura nos intimidar, falando em estado de sítio e repressão policial. Procuram nos intimidar porque têm medo de nós. E têm medo porque nos exploram e sabem que responderemos à altura à violência dessa exploração.

da do prédio, na Rua Erasmo Braga, todos são obrigados a se identificar antes de entrar e jornalistas têm os nomes anotados.

No auditório do Sindicato, tomado principalmente por moças, uma parte dos grevistas está reunida em assembléia permanente. Todos fazem suas reivindicações e quando os patrões são criticados a platéia irrompe em vaias. Uma mulher subiu ao palanque para dizer que trabalha na Metalúrgica Barreto Keller e que uma vez passou mal, sendo levada até o hospital num caminhão de areia.

MOVIMENTO PACÍFICO

As 16 horas, um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos reuniu a imprensa para uma entrevista coletiva. Na sala havia, numa das paredes, um cartaz que chamava os operários para o movimento contra

ção é cobrar pedágio na rua de frente, para ajudar financeiramente às famílias dos operários.

A Metalúrgica Barreto Keller e a fábrica de Fósforos Granada são as únicas emprêsas com capital brasileiro. Na Cobrasma, são fabricados produtos metalúrgicos em geral e reparados vagões ferroviários; na Lonaflex, são fabricados lonas de freio; na Braseixos são construídos eixos virabrequim e outros.

APOIO ESTUDANTIL

Vários estudantes estiveram ontem no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco para prestarem o seu apoio. A União Estadual dos Estudantes anunciou que vai criar comitês de solidariedade, com duas finalidades: divulgação e finanças. A primeira é para esclarecer o povo e ontem já foram distribuídos cinco mil panfletos em São Paulo. A segunda dará

Jornal do Brasil, 17 de julho de 1968.

**ANEXO VII**

CONFIDENCIAL

S.N.I.
AGÊNCIA CENTRAL
010297 - 6 JUL 70
PROTOCOLO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº 462/SNI/ARJ/70
(ST.19.2 - 0081)

Data : 1 Jul
Assunto : INSTITUTO VILLA-LOBOS
Referência :
Difusão : AC/SNI

15056

- O Diretor do INSTITUTO VILLA-LOBOS em meados do ano passado, mandou distribuir um formulário entre os alunos, a fim de ser preenchido pelos mesmos, cujo propósito era um julgamento sôbre os professores.

- O referido questionário provocou aos antigos professores um pânico geral.

- O Instituto, subordinado ao Departamento Nacional de Educação (DNE), tem como atribuição a formação de professores de curso médio, para o ensino de Educação Musical.

- Nesta Agência sôbre REGINALDO DE CARVALHO, Diretor do Instituto desde 1967, consta:

- FILHO DE DELPHIM JOSÉ CARVALHO e URBELLA DE CARVALHO.

- NASCIDO EM 3 DE MAIO DE 1932.

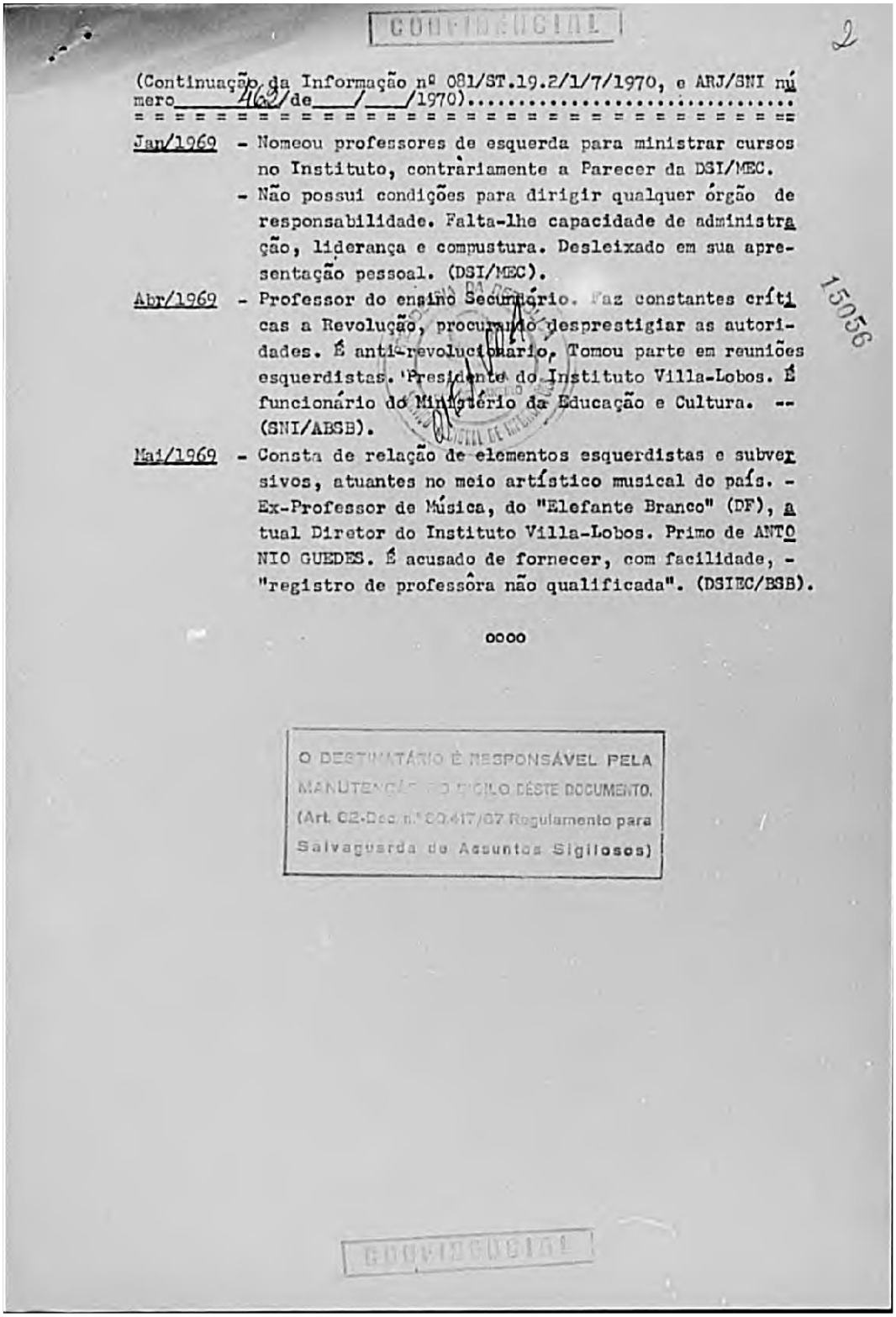
Ago/66 - Assinou manifesto, dirigido ao Governador da Guanabara, protestando contra a suspensão pelo DOPS, da peça denominada "CIRANDA". (Imprensa).

Abr/67 - O Presidente da República nomeou o epigrafado para exercer o cargo, em comissão, de Diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, atual Instituto Villa-Lobos. (Imprensa Oficial).

Abr/68 - Comunista que foi ligado a AGILDO BARATA. Em 1966, assinou manifesto de intelectuais condenando o Governador NEGRÃO DE LIMA, de cercear a liberdade do povo. - (CENIMAR).

Dez/68 - Recentemente estêve ou está em BRASÍLIA, onde, no Ginásio "Elefante Branco", deu um curso de iniciação musical, sendo suas palavras voltadas para farda, batina e agricultura. Consta ser comunista, desde os tempos da antiga ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, gestão de FÁBIO BRUNO. (CENIMAR).

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

2

(Continuação da Informação nº 081/ST.19.2/1/7/1970, e ARJ/SNI número 462/de___/___/1970).....

Jan/1969 - Nomeou professores de esquerda para ministrar cursos no Instituto, contràriamente a Parecer da DSI/MEC.

- Não possui condições para dirigir qualquer órgão de responsabilidade. Falta-lhe capacidade de administração, liderança e compustura. Desleixado em sua apresentação pessoal. (DSI/MEC).

Abr/1969 - Professor do ensino Secundário. Faz constantes críticas a Revolução, procurando desprestigiar as autoridades. É anti-revolucionário. Tomou parte em reuniões esquerdistas. Presidente do Instituto Villa-Lobos. É funcionário do Ministério da Educação e Cultura. -- (SNI/ABSB).

15056

Mai/1969 - Consta de relação de elementos esquerdistas e subversivos, atuantes no meio artístico musical do país. - Ex-Professor de Música, do "Elefante Branco" (DF), atual Diretor do Instituto Villa-Lobos. Primo de ANTONIO GUEDES. É acusado de fornecer, com facilidade, - "registro de professôra não qualificada". (DSIEC/BSB).

oooo

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO. (Art. 62-Dec. n.º 60.417/67 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL